

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2018

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO

Nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se a presente Inexigibilidade de Chamamento Público nº 008-2018 com amparo no artigo 31, inciso II da Lei 13.019/2014 e no que couber o Decreto Municipal 438/2017, nos seguintes termos:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Justifica-se a presente ilegalidade de chamamento público uma vez que estão presentes os requisitos descritos acima:

a) No Município de Serafina Corrêa não existe Associação com a finalidade descrita no objeto da parceria, contudo a APASPI é a entidade mais próxima do município ao qual propõe-se executar o objeto da parceria no intuito de promover e realizar ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com surdez e seus familiares, respeitando a sua individualidade e valorizando a capacidade de cada indivíduo.

b) Existe autorização legislativa, Lei Municipal 3.610/2018, identificando expressamente a entidade beneficiada.

Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa, RS, 05 de junho de 2018.

Maria Amélia Arroque Gheller
Prefeita Municipal